

## CAPÍTULO V

### DA PODA

Art. 12. A poda de vegetais, nativos ou exóticos, poderá ser autorizada pela SMMA, mediante manifestação técnica fundamentada, através da expedição de documento denominado Autorização Especial de Poda de Vegetal (AEPV).

§ 1º A poda vegetal autorizada não estará sujeita à compensação ambiental, salvo se houver manifestação técnica fundamentada da SMMA.

§ 2º Nos casos previstos no § 1º, caberá à SMMA definir a quantidade de mudas para compensação, que não ultrapassará o descrito na tabela constante no Anexo I.

§ 3º Ficam isentas de autorização as espécies frutíferas ou ornamentais que requererem poda regular, dispensando-se o ingresso de pedidos para esse fim.

Art. 13. A solicitação da AEPV caberá ao proprietário do imóvel onde se situa o vegetal, ou ao vizinho interessado, que poderá fazê-lo nos casos em que os galhos que pretende podar adentrarem os limites de sua propriedade, e na hipótese da viabilidade de execução da poda do seu imóvel.

## CAPÍTULO VI

### DA AÇÃO FISCAL

Art. 14. No caso de ação fiscal por vandalismo, supressão, poda ou transplante não autorizado de vegetais, o autuado poderá firmar um TCV com vistas à reparação voluntária do dano ambiental, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 1º Caberá à SMMA quantificar a compensação do dano ambiental, que não será superior ao dobro do previsto na Tabela de Compensação constante no Anexo I.

Art. 15. No caso de auto de infração por supressão, poda ou transplante não autorizado de vegetais, ou vandalismo, já julgado administrativamente com aplicação da sanção de multa, poderá o autuado firmar um TCV onde serão ajustadas as condições e obrigações a serem cumpridas pelo infrator, visando à reparação do dano ambiental.

§ 1º A assinatura do respectivo TCV obrigará o autuado a recolher, no prazo de 5 dias, ao Fundo do Meio Ambiente, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor atualizado da multa, suspendendo-se a exigibilidade do valor restante até o integral cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo do disposto no parágrafo 2º.

§ 2º Cumpridas integralmente às obrigações assumidas pelo autuado, a multa poderá ser reduzida em até 90% (noventa por cento) do valor atualizado monetariamente, por decisão administrativa da SMMA.

CA